

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR NO ENSINO PROFISSIONAL SOBRE O TÍTULO DE ELEITOR

Francisca Rozângela Lopes de Sousa

Luis Lucas Dantas da Silva

Geymeesson Brito da Silva

Mary Dayane Souza Silva

RESUMO

No ambiente escolar são desenvolvidas ações educativas, que promovem a cidadania e os interesses coletivos, construindo valores e indivíduos socialmente responsáveis, com vista ao bem comum, a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade da democracia. Nessa perspectiva, este estudo trata-se de uma proposta de Intervenção Pedagógica Interdisciplinar no Ensino Profissional, a ser desenvolvida no Curso Técnico em Informática. Sendo assim, o objetivo deste estudo busca auxiliar a comunidade com informações sobre o acesso do e-Título. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, no formato de pesquisa-ação. Espera-se que a proposta de Intervenção Pedagógica Interdisciplinar consiga colocar em prática o conhecimento adquirido dos alunos de nível técnico e contribua para a sociedade, principalmente na importância do exercício da cidadania por meio do voto, bem como apresentar as contribuições da Intervenção Pedagógica por meio de jovens estudantes engajados no projeto.

Palavras-Chave: Ambiente Escolar; Curso Técnico; Intervenção Pedagógica; e-Título; Cidadania.

INTERDISCIPLINARY PEDAGOGICAL INTERVENTION PROPOSAL IN PROFESSIONAL EDUCATION ABOUT VOTER CARD

ABSTRACT

In the school environment, educational actions are developed, which promote citizenship and collective interests, building values and socially responsible individuals, with a view to the common good, the improvement of the quality of life and the sustainability of democracy. From this perspective, this study deals with a proposal for an Interdisciplinary Pedagogical Intervention in Professional Education, to be developed in the Technical Course in Informatics. Therefore, the objective of this study seeks to help the community with information about accessing the e-Title. This is a study with a qualitative approach, in an action-research format. It is hoped that the Interdisciplinary Pedagogical Intervention proposal will be able to put into practice the knowledge acquired by technical level students and contribute to society, mainly in terms of the importance of exercising citizenship through voting, as well as presenting the contributions of Pedagogical Intervention through of young students engaged in the project.

Keywords: School Environment; Technical Course; Pedagogical Intervention; e-Title; Citizenship.

1 INTRODUÇÃO

No ambiente escolar são desenvolvidas ações educativas, que promovem a cidadania e os interesses coletivos, construindo valores e indivíduos socialmente responsáveis, com vista ao bem comum, a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade da democracia, além de auxiliar em outros contextos escolares, como protagonismo, que busca em seu projeto de vida, auxiliar em outras disciplinas, colocando em prática o que se aprendeu ao longo da vida estudantil.

Geralmente os alunos do ensino médio/técnico ainda não possuem conhecimento de como funciona o Estado, de como exercer e resguardar seus direitos – e muito deles – mesmo com a idade permitida, não possuem sequer o título de eleitor, sendo uma das formas mais básicas de exercer sua cidadania. Talvez pela falta de conhecimento sobre a temática, desmotive-os a buscar e compreender melhor o funcionamento das políticas e colocar em prática sua cidadania, se resumindo apenas em aceitar as decisões legisladas por nossos representantes e acatar.

Nesse contexto, a escola tem um papel fundamental na garantia de um futuro sustentável a todos, onde instruindo os estudantes, possibilita uma formação crítica, com condições de entender contextos históricos, sociais e econômicos, de forma consciente e responsável. É comum, encontrar uma educação mais focada em disciplinas tradicionais, porém o projeto pretende de forma transversal, perpassar por vários componentes curriculares ações educativas que devem promover cidadania e interesses coletivos construindo valores e indivíduos socialmente responsáveis, com vista ao bem comum, à melhoria da qualidade de vida e à sustentabilidade da democracia.

Por meio de um projeto de intervenção é uma ação construída a partir da identificação de problemas, necessidades e até mesmo de fatores determinantes. De modo que o termo projeto envolve a estrutura de um plano para realização de uma ação coordenada no futuro. A palavra intervenção significa uma ação objetiva, um fazer concreto numa dada realidade. Dessa forma, um projeto de intervenção deve definir e orientar as ações planejadas para resolução de problemas e/ou necessidades identificadas, preocupando-se em gerar mudança e desenvolvimento.

Além disso, os resultados provenientes de ações como esta, contribuem significativamente com o processo de aprendizagem do aluno, levando em consideração que irá contribuir para conhecer sobre as transformações e o poder que possuem através do voto,

aprender e valorizar a essência da democracia, bem como possibilitar o estímulo as múltiplas leituras e escritas partilhando o conhecimento adquirido.

É importante destacar que o período pandêmico contribuiu para desmotivação em alguns alunos, então o projeto pretende atrair os alunos pela temática diferente do que estão acostumados no âmbito escolar com conteúdo interativos, utilização de tecnologias e redes sociais já que são adeptos e gostam de utilizar, e assim associar também a outras disciplinas na tentativa de possibilitar um melhor rendimento, aplicando de fato as disciplinas na realidade de todos.

Nessa perspectiva, este estudo trata-se de uma proposta de Intervenção Pedagógica Interdisciplinar no Ensino Profissional, a ser desenvolvida no Curso Técnico em Informática, que contempla o Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação. Dessa forma, o objetivo deste estudo busca auxiliar a comunidade com informações sobre o acesso do e-Título, bem como a proposta de Intervenção Pedagógica Interdisciplinar consiga colocar em prática o conhecimento adquirido dos alunos de nível técnico e contribua para a sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (EPT)

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ganhou notoriedade nas políticas educacionais brasileiras nas últimas duas décadas, sobretudo durante os governos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT). A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, evidenciam a maior atenção dada a essa modalidade de ensino nas ações do governo petista.

Para Aguiar e Pacheco (2017), a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia focaram na formação da pessoa, unindo ensino, pesquisa e extensão, centralizando o indivíduo e seu coletivo e não o mercado de trabalho, ou seja, a educação, empreendida nesse sentido, é voltada para a vida e não somente para o mercado. Dessa forma, os Institutos Federais são locais onde convergem experiências do mundo do trabalho, de pesquisas tecnológicas e práticas inovadoras de cunho político e social. São instituições que vão além de uma escola técnica, mas também não são universidades, que buscam interagir teoria e prática, visando um processo integrado de formação do ser humano (AMBROSINI; ESCOTT, 2019).

Esta reflexão, corrobora com Souza e Benites (2021) sobre os principais representantes da EPT serem de fato os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que resultam da construção proveniente da criação das Escolas de Aprendizizes Artífices em 1909. Os Institutos Federais ao ofertarem uma educação com qualidade reconhecida, representam uma possibilidade de formação diferenciada aos filhos dos trabalhadores brasileiros, uma vez que os objetivos e princípios dessas instituições foram pensados para possibilitar a diminuição das desigualdades educacionais que permeiam os sistemas de ensino no país.

Conforme aponta Costa (2019), a criação dos Institutos Federais representou uma transformação profunda na área por dar uma nova identidade à EPT por meio de um projeto de educação que visa atender às demandas da população brasileira e que reconhece que a EPT é uma modalidade de ensino que não deve se restringir à formação de mão de obra para o mercado de trabalho, mas, sim, que deve formar os educandos em sua totalidade, além disso, a expansão dessa oferta através da proposta de “interiorização” dessas unidades – campus – nos estados brasileiros, antes de forma majoritária concentradas nas capitais.

2.2 Cidadania

Cidadania é um termo muito importante para ser trabalhado e a escola é um local que promove a formação de cidadãos preparados para a vida. De acordo com a SEJUF/PR (2021), juridicamente, cidadão é o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado. Num conceito mais amplo, cidadania envolve a qualidade de ser cidadão, e consequentemente sujeito de direitos e deveres.

De acordo com Praczun (2016) a sociedade brasileira vive momentos de transformações, e isso requer a mudança de hábito de agir e pensar da população. A formação de um cidadão é necessária para que se torne consciente, sensível e responsável para buscar novas perspectivas nas práticas sociais, pensando globalmente e agindo localmente, a fim de intervir e modificar a realidade social em seu entorno, tornando-se sujeito ativo. Sendo assim, é necessário que o cidadão conheça e compreenda o verdadeiro papel do Estado, sua estrutura e mecanismos de financiamento das funções sociais para que possa participar, sendo dessa forma um agente transformador da realidade em que vive.

A cidadania e participação social são, temáticas que demonstram urgência e relevância para serem discutidas em sala de aula, uma vez que durante o processo escolar, percebemos que o assunto não é abordado com frequência ou com a atenção necessária, apesar de ser um tema transversal e interdisciplinar, não é tão presente nas escolas. Ao término do ensino médio, os alunos buscam ingressar na vida universitária ou no mercado de trabalho, então é primordial

que a escola contribua oferecendo conhecimentos necessários para a vida social, seja no âmbito acadêmico ou no mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, remete à função social das escolas como ambiente de socialização política e formação da cidadania. Portanto, além da difusão de conhecimentos, a escola tem a responsabilidade de formar indivíduos autônomos para exercer a sua cidadania de maneira crítica e participativa, embasada em princípios éticos (REIS; MÁXIMO, 2013). As políticas educacionais deveriam funcionar como catalizadoras no processo de aprendizagem dos jovens, incentivando, para além dos conhecimentos formais, competências cívicas que levem à cidadania ativa ou assertiva (BERNARDI, 2017).

O Tribunal Superior Eleitoral (2022c) reforça que o eleitor-cidadão não deve assumir uma condição de sujeito meramente coadjuvante no processo eleitoral, pois sua atuação, longe de ser um simples dever, consubstancia importante direito de participação ativa e direta na formação de um governo legítimo e democrático, fazendo valer, com precisão e perspicácia, a tão propalada norma constitucional segundo a qual todo poder emana do povo.

2.3 Informatização sobre o voto e e-Título

A informatização da Justiça Eleitoral teve início em 1986, durante a presidência do Ministro Néri da Silveira, com o recadastramento eletrônico de aproximadamente 70 milhões de eleitores. No ano de 1994, fez-se, na gestão do Ministro Sepúlveda Pertence, pela primeira vez, a totalização das eleições gerais pelo computador central, no Tribunal Superior Eleitoral. Em 1995, na gestão do Ministro Carlos Velloso, iniciaram-se os trabalhos de informatização do voto. Uma comissão de juristas e técnicos de informática, apresentou um protótipo da urna eletrônica (TSE, 2022b).

Para Mendonça (2004, p. 105), “o voto é um instrumento pelo qual o cidadão exerce o direito político, manifestando solenemente a sua opção, fazendo valer a sua vontade soberana”. Assim, emerge como verdadeiro instrumento de legitimação do poder emanado pelo povo aos seus representantes, tendo em vista que o voto é ato fundamental para concretização efetiva do princípio democrático consagrado pela Magna Carta (PAES, 2013).

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral - TSE (2017) o e-Título é um aplicativo idealizado sobretudo pela perspectiva sustentável, surge como alternativa à emissão de títulos eleitorais em papel e trará ainda economia perceptível na redução dos custos da Justiça Eleitoral, como a emissão de segundas vias dos títulos extraviados, suprimentos de impressora, entre outros. Para o eleitor, o benefício virá na facilidade de ter os seus dados eleitorais sempre seguros e disponíveis, diminuindo os riscos de extravios e danos ao título de eleitor.

O e-Título apresenta dados como: zona eleitoral, situação cadastral, além da certidão de quitação eleitoral e da certidão de crimes eleitorais. Em 2020, ficou mais fácil acessar o aplicativo, pois somente com o número do CPF, consegue acesso. Outra novidade permite que os eleitores se cadastrem como mesários voluntários. E o app se tornou acessível para pessoas com deficiência visual, pode ser baixado para smartphone ou tablet, nas plataformas iOS ou Android, após baixá-lo, basta inserir os dados pessoais. Para o eleitor que ainda não fez o cadastro biométrico, é necessário apresentar um documento oficial com foto sempre que for utilizar o título digital (TSE, 2022b).

Segundo o TSE (2020) houve uma evolução de 2,66% do eleitorado em relação às últimas eleições municipais (2016), quando 144.088.912 pessoas estavam aptas a exercer o direito de escolher seus representantes políticos. Existem 133.377.663 eleitores com voto obrigatório e outros 14.538.651 cujo voto é facultativo. Entre os eleitores com voto obrigatório, a maior parte está na faixa etária de 35 a 59 anos, sendo 67.011.670 no total. Já os eleitores jovens, na faixa etária de 18 a 24 anos, somam 19.040.756 cidadãos.

Diante das medidas sanitárias adotadas a partir da pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19), a Justiça Eleitoral decidiu excluir o uso da biometria como meio de identificação nas eleições em 2020. No entanto, há um avanço significativo na coleta dos dados nos últimos quatro anos. Enquanto, em 2016, 46.305.957 pessoas foram identificadas a partir das impressões digitais, em 2018, esse número saltou para 87.363.098 e, em 2020, já somava 117.594.975. Esse avanço significa que 79,50% dos eleitores brasileiros já estão identificados pela biometria (TSE, 2020).

Arelado a isso, pode-se inserir o fato de que quase três milhões de brasileiros não têm sequer certidão de nascimento, segundo o IBGE. Em uma sociedade rasgada pela desigualdade social que se materializa na fome e na miséria nas ruas, a ausência de pedaços de papel que atestem um mínimo de dignidade não aparece com frequência no debate público. Sem um RG e um CPF, um brasileiro não consegue se matricular numa escola, não tem acesso a benefícios sociais do Governo, não pode ir ao sistema público de saúde fazer consultas (El País, 2021).

Isso pode justificar por que ainda há tantos brasileiros sem o título eleitoral, pois ainda são invisíveis para o poder público, pois conseguem sobreviver à mercê de tantas dificuldades e por não terem nenhum documento, logo não serem reconhecidos como cidadãos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada no desenvolvimento desse estudo consiste em uma pesquisa qualitativa, no formato de pesquisa-ação, tendo como técnica a pesquisa documental, para compor o referencial teórico composto pelos tópicos de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (EPT), cidadania e a informatização do voto e e-Título, através de artigos e sites. Posteriormente para a construção desse estudo foi elaborada uma proposta de Intervenção Pedagógica Interdisciplinar direcionado a alunos de nível médio.

Tomando por base essa informação, a ideia é ministrar aulas temáticas acerca da importância do voto, para que o aluno compreenda a própria importância nesse processo. Alguns dos alunos não são obrigados por lei a votar, devido sua idade, porém já poderiam tirar o seu título e mesmo assim muitos certamente não possuirão. Em razão da pandemia de Covid-19, o eleitor pode se alistar pelo sistema TítuloNet para tirar o seu primeiro título. Aqueles alunos e outras pessoas da comunidade, que tiveram interesse, serão acompanhados de forma individual para tirar seu título online, uma aquisição bastante significativa.

Sabe-se que o voto não é apenas ao exercício da cidadania, mas é uma forma de poder da população. Para votar e exercer direitos políticos, é preciso fazer o alistamento eleitoral, ou seja, tirar o primeiro título eleitoral. Para o acompanhamento ou tirar um novo título basta acessar o aplicativo desenvolvido pela Justiça Eleitoral, o e-Título. O Quadro 1 apresenta o desenvolvimento atividades da intervenção pedagógica a serem desenvolvidas.

Quadro 1 – Planejamento das atividades da intervenção pedagógica.

Dinâmica	Como acontecerá:
Na prática	Os alunos irão utilizar seus conhecimentos prévios, construídos com base no senso comum, no diálogo com os pais, amigos, professores e colocá-los em prática, a fim de exercer uma ação para a comunidade. A prática consiste inicialmente em buscar métodos para divulgar e informar sobre as formas de acesso ao título de eleitor de forma digital, bem como tirar pela primeira vez. Essa divulgação será realizada por meio de redes sociais, a fim de atingir maior número de usuários. Nessa divulgação também irá constar o passo a passo de como ter acesso a esse aplicativo.
Quando	Os alunos irão disponibilizar um horário de atendimento remoto para auxiliar as pessoas que estejam com dificuldades ou dúvidas. Uma vez que a pandemia não acabou, maior parte das atividades será de forma remota, além disso é importante ressaltar que é uma oportunidade destes alunos colocarem em prática o que aprenderam ao longo do curso, de forma que, possam contribuir para a sociedade e com as pessoas de seu convívio.
Como será?	A turma será dividida em grupos e a atividade será desenvolvida pelas equipes separadamente, cada grupo terá autonomia para desenvolver ideias como preferir, desde que atinjam o objetivo da atividade posposta.
Material didático	Apostilas, pincéis, quadro branco, slides, textos e artigos em pdf sobre a temática, materiais de sites de conteúdo como da Justiça Eleitoral, aplicativo e-Título.

Equipamentos e instrumentos	Computador, celular, fones de ouvido, internet, redes sociais, sites para produzir as postagens (exemplo Canva), sites de pesquisas na internet, bloquinhos de anotações, etc.
Público-alvo	A comunidade em geral, tendo em vista que as divulgações serão feitas por redes sociais. Também contará com apoio da escola para divulgação em todas as turmas, bem como em outras escolas.

Fonte: Elaboração própria (2022).

Espera-se que os alunos se engajem em todas as fases do projeto, sobretudo por que as formas de avaliação da atividade consistem principalmente na participação, criatividade e comprometimento das equipes. Para tanto, o Quadro 2, apresenta como será o desenvolvimento das atividades.

Quadro 2 – Desenvolvimento das atividades

Etapas	Execução
Preparação do Ambiente	Inicialmente os alunos pesquisarão sobre a temática. Prepararão conteúdos e debates sobre o que é cidadania, como exercer seus direitos, para que serve um título de eleitor. Ou seja, levantarão todo o conhecimento necessário para depois repassar à comunidade. Também irão baixar o aplicativo e-Título para conhecerem o seu funcionamento. Aqueles que também ainda não tem título, terão oportunidade de emití-lo, colocando em prática, aprender e repassar, além de criarem postagens para divulgação do projeto para a comunidade.
Organização da atividade	A atividade consistirá em mais dois momentos. Depois desse debate previamente abordado, os alunos irão produzir informativos para divulgar à sociedade por meio de redes sociais, podendo ser vídeos, postagens, textos, imagens/banners, etc. O critério de divulgação dos materiais confeccionados será livre, conforme a criatividade de cada um. Essa divulgação constará pontos principais como: o que é a cidadania, por que ter um título e o passo a passo para se cadastrar no aplicativo. O segundo momento será uma contribuição mais direta. Àquelas pessoas que não tiveram acesso a essa informação, estejam sentindo dificuldades ou dúvidas de como realizar o procedimento, poderão ter atendimento remoto com os integrantes do grupo, a fim de conseguir concluir e por fim ter o seu título de eleitor.

Fonte: Elaboração própria (2022).

As aulas podem ocorrer ainda de forma remota, via sala de aula meet, além de ser totalmente digital, com tecnologias, como celular e computador, para assistir as aulas, bem como realizar pesquisas e montar material didático e dinâmicas. Para tal, também serão orientados quanto a utilização de ferramentas básicas como Powerpoint, Word, sites de interatividades como Canva, Kahoot, MindMeister, dentre outros que podem contribuir no seu processo de aprendizagem.

Posteriormente, relacionado à aplicação prática, os alunos que tomarão a frente das aulas, apresentando seu protagonismo e apresentando projetos desenvolvidos e/ou existentes

sobre a temática abordada, também serão estimulados a criar suas próprias ideias de projetos, tendo em vista as problemáticas sociais que eles mesmos observam no seu cotidiano.

Vale salientar que conhecimento não é apenas para ser absorvido, mas também compartilhado. E sobre compartilhamento os alunos entendem bem, pois utilizam muito as redes sociais. Assim, o projeto terá sua culminância com o compartilhamento dessas informações através das redes sociais, para que a comunidade escolar e a sociedade em geral atingida por essas publicações também possam ter esse conhecimento.

Outro fator importante é sobre a conscientização do voto e como funciona esses processos com aulas explicativas. Uma vez que o aluno será estimulado a tirar seu primeiro título de eleitor, caso deseje, e receberá ajuda no passo a passo, tendo em vista a justiça eleitoral oferece esse serviço de forma online e gratuita. Durante todo o projeto, os alunos que terão autonomia em todas as decisões, na forma que conduzirão as etapas, as postagens e a preparação das publicações. O professor será orientador e auxiliará nos conteúdos, principalmente iniciais, como uma forma de enfatizar a importância da cidadania e protagonismo devem andar juntos.

Nessa perspectiva, as novas metodologias de ensino, chamadas metodologias ativas, propõem abordagens diferenciadas, modernas e que dialogam com as atuais demandas da sociedade. Isso significa dar centralidade ao estudante, priorizando sua autonomia e o seu protagonismo no processo de ensino e aprendizagem. Sugere uma mudança de perspectiva sobre o que é o ensino, transformando-o em uma via de mão dupla, na qual a participação e o engajamento dos alunos são fundamentais para que o aprendizado se torne uma realidade.

Em outras palavras, além da apreensão dos conteúdos, conseguem desenvolver habilidades socioemocionais de grande importância para seu futuro, tais como autoconhecimento, autorregulação, consciência social, habilidades de relacionamento e tomada de decisão responsável. A escola é o terreno do conhecimento em seu sentido amplo, promovendo aos alunos aprenderem muito mais do que os conteúdos disciplinares e obrigatórios, aprendem, sobretudo, sobre si mesmos, sobre o mundo e suas relações. E a educação tem exatamente essa função: preparar crianças e jovens para a vida.

4 RESULTADOS ESPERADOS E DISCUSSÃO

Espera-se que os alunos consigam colocar em prática o conhecimento adquirido ao longo da intervenção pedagógica, de forma que contribuam com a sociedade, principalmente

no sentido de compreender a importância da cidadania, bem como perceber que pode aplicar seus conhecimentos teóricos de várias formas. Vale salientar ainda que o contato com as tecnologias é comum na vivência dos alunos, logo, o projeto está relacionado ao uso da informação, de aplicativos, redes sociais etc.

Trata-se de uma inovação aos cursos técnicos, considerando iniciativas, saberes e principalmente pensar no aluno como protagonista, que pensa, lidera, organiza e executa esse tipo de alternativa, contribuindo significativamente para sua própria vivência em sociedade, de pessoas e comunidades de seu entorno. Em linhas gerais, espera-se que o projeto contribua nos seguintes aspectos, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Perspectivas de contribuições do Projeto de Intervenção Pedagógica

Contribuições
1. Motivar os alunos para exercício de sua cidadania;
2. Estimular alunos a colocarem em prática seus conhecimentos sobre a cidadania;
3. Formar cidadãos com conhecimento acerca das suas responsabilidades e direitos no que se refere à cidadania;
4. Refletir sobre a importância do acompanhamento dos recursos públicos como reflexo das escolhas realizadas pelo voto;
5. Expandir o conhecimento adquirido por meio de informes e publicações para que a população possa ter acesso pelas redes sociais;
6. Impulsionar o aluno, seu protagonismo e seu projeto de vida;
7. Instigar a leitura pelo aluno para o aprofundamento do assunto;
8. Orientar o aluno a pesquisar e buscar por novidades e inovações que contribuam para seu crescimento;
9. Incentivar o aluno e sua criatividade acerca de ideias para melhorias à sociedade;
10. Discutir temas transversais e problemáticas existentes, a fim de levantar ideias de possíveis soluções.

Fonte: Elaboração própria (2022).

Outro ponto a ser citado é que como haverá muito conteúdo interessante, que pode ser abordado e inserido ao longo da intervenção, como também pela participação e pouco tempo disponível para realização, algumas atividades podem ser em outros horários, conforme disponibilidade e interesse dos envolvidos, e até mesmo utilizar o *classroom*, tanto para o envio de materiais preparados quanto discutidos em fóruns por exemplo, como forma de otimizar o tempo disponível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jovens brasileiros estão bem informados ao que vem acontecendo no país, por 2022 ser ano de Eleições Gerais e que o voto é uma grande oportunidade para exercer a cidadania,

ajudando a decidir os rumos do país. Por isso, atendendo ao chamado da Justiça Eleitoral, até o dia 21 de março deste ano, 854.685 jovens de 15 a 18 anos já haviam solicitado a emissão do primeiro título de eleitor (TSE, 2022d).

A democracia não deve ser entendida apenas como uma questão partidária, em razão disso, acompanhar o processo de aprendizagem e incluir noções práticas de participação e cidadania no contexto dos estudantes melhora positivamente a postura dos educandos, modificando o relacionamento com os colegas e, conseqüentemente, com a própria sociedade, sobretudo por que a política é fundamental para o relacionamento dos seres humanos e de suas tomadas de decisões.

Em linhas gerais, a conexão de que a escola também é lugar para se falar e vivenciar a cidadania e a democracia, torna fundamental incentivar e estimular a prática da convivência, o respeito ao debate de ideias e a promoção de atividades democráticas, promovendo o convívio e, principalmente, o respeito, componentes essenciais que devem estar presentes fortalecendo o currículo escolar.

O projeto tem a perspectiva de contribuir com a formação de cidadãos capazes de compreender a sua própria função social e responsabilidade do voto, é fundamental que o aluno compreenda a base e o contexto e através de suas próprias reflexões conseguir formar suas próprias opiniões. Colocar o aluno como protagonista do aprendizado é um método que traz benefícios para todos os envolvidos no processo educativo, melhorando as relações no ambiente escolar e desenvolvendo seres humanos capazes de intervir positivamente na sociedade.

A realização do projeto pode ir além do foi proposto previamente, tendo em vista que os alunos podem surpreender com os conhecimentos adquiridos anteriormente, pela dedicação em pesquisar, estudar mais sobre, desenvolver e participar dos debates, apresentando aos demais a sua percepção acerca das descobertas, tornando momentos bastante participativos e que proporcionem um conhecimento imensurável, não só em conteúdos escolares, mas para a vida.

Para se tornar realidade, o protagonismo é fundamental o envolvimento contínuo dos professores na tarefa de instigar e envolver os alunos na construção do próprio aprendizado. Assim, deve haver um esforço de estimular debates e reflexões em sala de aula, bem como de fomentar o trabalho em equipe e a participação ativa de todos. Ceder espaço e levar realmente em consideração as opiniões e vivências dos alunos é fundamental.

Contudo, a ideia proposta pela Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (EPT) pretende incentivar e gerar novos saberes, instigando nos docentes uma maneira diferenciada de formar, oportunizando aos discentes uma educação que atenda às necessidades da

contemporaneidade. Consequentemente a educação tradicional tem perdido um pouco de sentido e que a sala de aula clássica, não é mais o único lugar onde se produz conhecimento.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. F. V. PACHECO, E. M. **Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como Política Pública**. In: ANJOS, M. B. RÔSAS, G. (Orgs.) As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Natal: IFRN, p. 188, 2017.

AMBROSINI, T. F.; ESCOTT, C. M. O Acesso à Educação Profissional e Tecnológica: da meritocracia à democratização. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 16, p. 7852, 2019.

BERNARDI, A. J. B. **Competência cívica em uma democracia desigual: analisando o impacto dos investimentos educacionais na cultura política juvenil porto-alegrense entre 2002 e 2015**. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.892**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

COSTA, D. V. Reflexões acerca da constituição da educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil: uma abordagem sócio-histórica. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 801-813, 2019.

El País. **Invisíveis no Brasil, sem documento e dignidade: “Eu nem no mundo existo”**, 2022. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-28/invisiveis-no-brasil-sem-documento-e-dignidade-eu-nem-no-mundo-existo.html>. Acesso em: 04 de mar. 2022.

MENDONÇA, V. S. **Voto livre e espontâneo: exercício de cidadania política consciente**. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2004.

PAES, J. P. L. O sufrágio e o voto no Brasil: direito ou obrigação? **Revista Eletrônica da EJE**. Brasília, ano 3, n. 3, 2013.

PRACZUN, C. **A importância da educação fiscal para o desenvolvimento da cidadania**. Programa de Desenvolvimento Educacional PDE da Secretaria de Estado da Educação do Paraná/SEED em parceria com a Universidade Federal do Paraná - UFPR. ISBN 978-85-8015-094-0. Curitiba, 2016.

REIS, M. C.; MÁXIMO, N. N. Política educacional do Brasil e os desafios da contemporaneidade para uma formação cidadã. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 26., 2013, Recife. **Anais...** Recife: Cadernos ANPAE, 2013.

SEJUF/PR. SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO DO PARANÁ. **O que é cidadania?** Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/O-que-e-Cidadania>. Acesso em: 23 de fev. 2022.

SOUZA, E.; BENITES, L. C. Educação profissional e tecnológica no Brasil: uma história de avanços e retrocessos: Professional and technological education in Brazil: a history of advances and setbacks. **Revista Cocar**, v. 15, n. 32, 2021.

TSE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Censo da democracia: Brasil tem 147,9 milhões de eleitores aptos a votar nas Eleições 2020**, 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Agosto/brasil-tem-147-9-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2020>. Acesso em: 04 de mar. 2022.

TSE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Aplicativo e-Título da Justiça Eleitoral permite ao eleitor votar com documento digital**, 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Dezembro/aplicativo-e-titulo-da-justica-eleitoral-permite-ao-eleitor-votar-com-documento-digital>. Acesso em: 23 de fev. 2022.

TSE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Aplicativo e-Título**, 2022a. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/aplicativo-e-titulo-1>. Acesso em: 23 de fev. 2022.

TSE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Informatização do voto**, 2022b. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/urna-eletronica/seguranca-da-urna/eleicoes>. Acesso em: 23 de fev. 2022.

TSE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **O papel do eleitor-cidadão**, 2022c. Disponível em: https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-3-ano-5/copy_of_por-que-a-urna-eletronica-e-segura. Acesso em: 23 de fev. 2022.

TSE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Primeiro título: mais de 850 mil jovens de 15 a 18 anos já emitiram o documento este ano**, 2022d. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2022/Marco/primeiro-titulo-de-eleitor-mais-de-850-mil-jovens-de-15-a-18-anos-ja-emitiram-o-documento-este-ano>. Acesso em: 11 de abr. 2022.

Recebido em 27/03/2023.

Aprovado em 10/05/2023.